

# ***Intelig Telecomunicações Ltda.***

*Demonstrações Financeiras em  
31 de dezembro de 2016  
e Relatório dos Auditores Independentes*

**INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Índice**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Aos Administradores e Quotistas  
Intelig Telecomunicações Ltda.

---

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Intelig Telecomunicações Ltda. (a "Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Intelig Telecomunicações Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

---

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

---

## Parágrafo de ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para as Notas 1 e 18 às demonstrações financeiras, que descreve que a Empresa mantém contratos de mútuo em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nelas descritas. Dessa forma, essas demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

---

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Alexandre Fermino Alvares  
Contador CRC 1SP211793/O-5 "S" RJ

# INTELG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

## BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	108.012	119.742
Contas a receber de clientes	5	694.716	565.090
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	6	12.849	12.557
Impostos e contribuições diretos a recuperar	7	41.799	17.921
Despesas antecipadas	9	10.721	12.353
Outros ativos	11	23.201	22.574
		<u>891.298</u>	<u>750.237</u>
<b>Não Circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	6	71.099	67.625
Despesas antecipadas	9	20.825	29.835
Depósitos judiciais	10	89.386	79.382
Outros ativos	11	5.521	5.196
		<u>186.831</u>	<u>182.038</u>
<b>Imobilizado</b>			
Intangível	13	95.131	119.869
		<u>1.069.516</u>	<u>1.157.018</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>1.960.814</u>	<u>1.907.255</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	333.066	323.862
Financiamentos	15	21.916	21.599
Obrigações trabalhistas		7.784	7.568
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	16	20.055	18.386
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	17	38.023	21.842
Receitas diferidas	19	13.068	14.340
Outros passivos		17.157	16.250
		<u>451.069</u>	<u>423.847</u>
<b>Não Circulante</b>			
Financiamentos	15	43.719	64.543
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	108.358	120.730
Provisão para processos judiciais e administrativos	20	34.216	35.936
Receitas diferidas	19	25.713	38.204
Partes relacionadas - mútuo	18	301.730	301.730
		<u>513.736</u>	<u>561.143</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>964.805</u>	<u>984.990</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	21	4.041.956	4.041.956
Reservas de capital		1.076	857
Prejuízos acumulados		(3.047.023)	(3.120.548)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>996.009</u>	<u>922.265</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>1.960.814</u>	<u>1.907.255</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**INTELG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receita líquida de serviços	23	765.327	740.584
Custos dos serviços prestados	24	(565.318)	(609.813)
<b>Lucro bruto</b>		<b>200.009</b>	<b>130.771</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>			
Comercialização	25	(51.272)	(45.580)
Gerais e administrativas	26	(45.285)	(47.426)
Outras receitas (despesas) , líquidas	27	(18.518)	(20.262)
		<b>(115.075)</b>	<b>(113.268)</b>
<b>Lucro operacional</b>		<b>84.934</b>	<b>17.503</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras:</b>			
Receitas financeiras	28	20.544	31.309
Despesas financeiras	29	(13.071)	(17.029)
Variações cambiais, líquidas		(96)	(113)
		<b>7.377</b>	<b>14.167</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>92.311</b>	<b>31.670</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>30</b>	<b>(18.786)</b>	<b>(8.675)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>73.525</b>	<b>22.995</b>
<i>Lucro por ação atribuível aos quotistas da Empresa (expresso em R\$ por ação)</i>			
<b>Lucro por quota</b>		<b>0,0182</b>	<b>0,0057</b>

A Empresa não auferiu outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Portanto não está sendo apresentada a Demonstração do Resultado Abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**INTELG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 (Em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de capital</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	4.041.956	730	(3.143.543)	899.143
Total do resultado abrangente do exercício				
Lucro líquido do exercício	-	-	22.995	22.995
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	22.995	22.995
Total de contribuições de quotistas e distribuições aos quotistas				
Opções de compra de ações (nota 22)	-	127	-	127
Total de contribuições de quotistas e distribuições aos quotistas	-	127	-	127
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	4.041.956	857	(3.120.548)	922.265
Total do resultado abrangente do exercício				
Lucro líquido do exercício	-	-	73.525	73.525
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	73.525	73.525
Total de contribuições de quotistas e distribuições aos quotistas				
Opções de compra de ações (nota 22)	-	219	-	219
Total de contribuições de quotistas e distribuições aos quotistas	-	219	-	219
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	4.041.956	1.076	(3.047.023)	996.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**INTELG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Atividades operacionais			
Lucro antes do IR e CSSL		92.311	31.670
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		170.835	163.486
Provisão para processos administrativos e judiciais	20	680	13.346
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	5	8.205	364
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		-	2
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		10.942	8.720
Opções de compra de ações – TIM Participações	22	219	127
Atualização monetária sobre depósitos e processos administrativos e judiciais		(4.829)	(108)
		<u>278.363</u>	<u>217.607</u>
Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(137.036)	(97.423)
Impostos e contribuições a recuperar		(27.465)	(7.580)
Despesas antecipadas		10.642	10.546
Depósitos judiciais		(4.164)	(5.629)
Outros ativos		(788)	(95)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Obrigações trabalhistas		216	(223)
Fornecedores		9.152	16.990
Impostos, taxas e contribuições		(13.362)	7.235
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	20	(3.411)	(7.271)
Receitas diferidas		(13.762)	(13.845)
Outros passivos		(3.219)	(1.412)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b><u>95.166</u></b>	<b><u>118.900</u></b>
Atividades de investimentos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		-	26
Adições ao imobilizado e intangível		(78.540)	(165.889)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b><u>(78.540)</u></b>	<b><u>(165.863)</u></b>
Mútuos – TIM Celular			
Amortização de financiamentos		(28.356)	(29.742)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b><u>(28.356)</u></b>	<b><u>(29.742)</u></b>
<b>Redução em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b><u>(11.730)</u></b>	<b><u>(76.705)</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b><u>119.742</u></b>	<b><u>196.447</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b><u>108.012</u></b>	<b><u>119.742</u></b>

Divulgação das informações suplementares das transações não monetárias e outras, encontram-se na Nota 36.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# INTELG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 1 Contexto operacional

A Intelig Telecomunicações Ltda. ("Intelig" ou "Empresa") é uma empresa privada, de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa era controlada integralmente pela TIM Participações S.A. ("TIM Participações" ou "Grupo"), uma empresa do Grupo Telecom Italia.

A Empresa atua na prestação, em todo o território brasileiro, do Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") na modalidade local e do Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM").

As outorgas para a exploração do STFC e do SCM são por tempo indeterminado e os serviços prestados pela Intelig são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("Anatel").

As decisões operacionais e estratégicas da Empresa são tomadas pelo seu acionista controlador, TIM Participações. Conforme descrito na nota 18, as transações de mútuo entre a TIM Celular e a Intelig foram feitas nas condições divulgadas na referida nota. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

#### a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPCs") e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que são classificados integralmente no longo prazo.

#### b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Intelig.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 8 de março de 2017.

d. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

Embora o Grupo ainda não tenha finalizado a análise IFRS 9, para adoção dessa norma não é esperado um impacto relevante nas demonstrações financeiras. As novas disposições sobre a classificação dos ativos dependendo do modelo de negócios existente para esses ativos poderá dar origem a alterações na mensuração e apresentação e as disposições sobre a contabilização por perdas para redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros, podendo gerar em determinados casos uma antecipação do reconhecimento dessas perdas.

Em maio de 2014, o IASB emitiu a IFRS 15 "Receita de Contratos com Clientes", sendo aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Até o momento a aplicação da norma pode apresentar um efeito material na apresentação das demonstrações financeiras da Grupo Tim Participações S.A., dependendo do modelo de negócios adotado.

As novas disposições abordam, as seguintes questões:

- IFRS 15
- No caso de contratos com várias obrigações de desempenho (por exemplo, contrato móvel mais aparelho) com produtos subsidiados entregues antecipadamente, uma parcela maior do total da remuneração é atribuível ao componente fornecido antecipadamente (aparelho), exigindo reconhecimento prévio de receita. Isso gera o reconhecimento do que é conhecido como um ativo contratual - um valor a receber decorrente do contrato com cliente que ainda não foi reconhecido na posição patrimonial da Companhia
  - Ao mesmo tempo, isso leva a uma maior receita com a venda de bens e produtos e reduz as receitas provenientes da prestação de serviços.
  - Futura capitalização e alocação de despesas com comissões de vendas (Custos de aquisição de clientes) ao longo do período estimado de retenção de clientes.
  - Aumento do total de ativos na primeira adoção devido à capitalização do ativo contratual e custos de aquisição de clientes.
  - Diferimento, por exemplo, posterior reconhecimento de receitas em casos em que "direitos materiais" são concedidos, como oferecer descontos adicionais para compras futuras de produtos.

Embora uma estimativa confiável dos efeitos quantitativos não seja possível até que o processo de implementação da nova regra esteja concluído, avaliamos que o principal impacto para a Companhia poderá acontecer em novos contratos de retenção de clientes (fidelização) que (1) venham ter prestação de serviços com fornecimento de produtos subsidiados e (2) desconto concedido em aparelhos que deve ser alocado proporcionalmente à receita de produtos e de serviços.

# INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 "Arrendamentos", sendo aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A aplicação dessa norma poderá gerar efeito material sobre a apresentação dos resultados das operações do Grupo dependendo do modelo de negócio aplicado.

Em particular:

- Considerando que anteriormente existia um requisito de divulgação das obrigações de pagamento de despesas referentes a operações de leasing operacional nas notas explicativas às demonstrações financeiras, a partir da implementação da nova regra os direitos e obrigações resultantes das transações de arrendamento devem ser reconhecidos como direitos de uso e dívida de arrendamento no Balanço Patrimonial da Companhia.
- IFRS 16 • O Grupo prevê um aumento no total de ativos no momento inicial de adoção e também um do aumento do passivo de arrendamento mercantil, bem como de aumento do ativo não circulante devido aos ativos de direito de uso a serem capitalizados.
- O acréscimo nos passivos de arrendamento conduz a um aumento correspondente em dívida líquida.
- A partir da adoção da nova regra, as despesas de depreciação e juros serão reconhecidas nas demonstrações de resultado em lugar das despesas de arrendamento operacional. Isto terá um impacto positivo no EBITDA e também um aumento correspondente do caixa líquido proveniente de atividades operacionais reportadas no fluxo de caixa.
- Para o Grupo como locador, a nova definição de arrendamento pode impactar também o número de itens a serem contabilizados como arrendamentos.

Os efeitos serão avaliados como parte de um projecto de implementação do IFRS 16 e uma estimativa confiável nesse momento dos efeitos quantitativos não é possível até que o projeto esteja concluído.

Não há outras normas do IFRS ou interpretações do IFRIC atuais que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

### **3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Empresa**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Empresa e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

#### *(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Empresa. Por se tratar de um business contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos tangíveis e intangíveis da Empresa foram avaliados para identificação de indicadores de *impairment* e não foi identificada a necessidade de teste de *impairment* (notas 12 e 13).

#### *(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (nota 8).

#### *(c) Provisão para processos judiciais e administrativos*

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Empresa considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 20).

#### *(d) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Empresa, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Empresa determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	2016	2015
Caixa e bancos	1.642	3.355
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:		
CDB/Compromissadas	106.370	116.387
	108.012	119.742

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda

## INTELG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Empresa.

A remuneração média anual das aplicações da Empresa referente aos CDB's e Operações Compromissadas, incluindo aqueles classificados fora da rubrica de caixa e equivalentes de caixa, é de 100,68% (100,78% em 2015) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

#### 5. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações e de uso de rede (interconexão). As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas por créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment").

Perdas por créditos de liquidação duvidosa foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente.

O valor justo das contas a receber é igual ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	2016	2015
Serviços faturados	148.254	140.443
Serviços a faturar	60.620	59.409
Uso de rede	523.146	396.671
	732.020	596.523
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(37.304)	(31.433)
	694.716	565.090

A movimentação das perdas por créditos de liquidação duvidosa, controladas como conta regularizadora de ativo, foi como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	31.433	35.507
Constituição	8.205	364
Baixas	(2.334)	(4.438)
Saldo final	37.304	31.433

## INTELG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2016	2015
A vencer	137.681	114.994
Vencidos até 30 dias	17.332	35.707
Vencidos até 60 dias	8.217	9.131
Vencidos até 90 dias	513.484	399.534
Vencidos a mais de 90 dias	55.306	37.157
	<u>732.020</u>	<u>596.523</u>

Os saldos vencidos há mais de 60 dias são representados, em sua grande maioria (cerca de R\$531 milhões), por valores a receber da TIM Celular (vide nota 31, item (1)).

#### 6. Impostos e contribuições indiretos a recuperar

	2016	2015
ICMS	80.360	76.609
Outros	3.588	3.573
	<u>83.948</u>	<u>80.182</u>
Parcela circulante	(12.849)	(12.557)
Parcela não circulante	<u>71.099</u>	<u>67.625</u>

Os valores de ICMS a recuperar de curto prazo referem-se a créditos sobre as operações da Empresa e os de longo prazo são compostos pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

#### 7. Impostos e contribuições diretos a recuperar

	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social	25.270	11.433
PIS / COFINS	14.003	4.180
Outros	2.526	2.308
	<u>41.799</u>	<u>17.921</u>

- (i) Os valores de imposto de renda e contribuição social correspondem a pagamento das antecipações do Imposto de Renda e Contribuição Social no ano.
- (ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se principalmente a créditos sobre bens e serviços utilizados como insumos, conforme legislação pertinente.

## INTELG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Empresa e aprovadas por sua Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2016	2015
<u>Impostos diferidos passivos</u>		
Custo atribuído – Intelig	(108.358)	(120.730)
	(108.358)	(120.730)
<u>Impostos diferidos ativos</u>		
Prejuízo fiscal	730.206	740.251
Base negativa de contribuição social	262.882	266.498
Diferenças temporárias		
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	12.683	10.687
Provisão para processos judiciais e administrativos	11.634	12.218
Provisão para participação dos empregados	1.050	853
Outros	357	358
	1.018.812	1.030.865
Provisão para realização de créditos fiscais	(1.018.812)	(1.030.865)
	-	-

#### Provisão para realização de créditos fiscais

Considerando que a Intelig não apresentou expectativa de lucro tributável futuro suficiente para aproveitamento dos créditos, provisão integral para realização dos referidos créditos tributários foi constituída, dos quais R\$993.088 referem-se a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$25.724 referem-se a diferenças temporárias.

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 9. Despesas antecipadas

	2016	2015
<i>Swap</i> de rede (*)	28.932	37.674
LANautilus (**)	891	3.123
Aluguéis e seguros	1.723	495
Outros	-	896
	<u>31.546</u>	<u>42.188</u>
Parcela circulante	<u>(10.721)</u>	<u>(12.353)</u>
Parcela não circulante	<u>20.825</u>	<u>29.835</u>

(\*) Em 1º de abril de 2010, a Intelig e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) em contrapartida à rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante). Ambos montantes são apropriados ao resultado na mesma proporção, durante um período de 10 anos.

(\*\*) Valores relativos ao aluguel de meios (cabos submarinos) – nota 31, item (4).

### 10. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	2016	2015
Cível	13.771	11.612
Trabalhista	25.466	23.586
Tributário	50.011	44.049
Regulatório	111	109
Outros	27	26
	<u>89.386</u>	<u>79.382</u>

#### Cível

Basicamente tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Empresa. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Há ainda outra demanda ajuizada por credor da Editora JB/Gazeta Mercantil na qual a Intelig foi envolvida, uma vez que houve entendimento acerca da criação de Grupo Econômico com as empresas pertencentes ao Grupo Docas. Em razão disto, houve determinação de bloqueio nas contas da Intelig. A Intelig interpôs agravo de instrumento, o qual não foi provido. Desta decisão a Intelig apresentou embargos de declaração, que foram rejeitados. Aguarda-se decisão sobre o juízo de admissibilidade do recurso especial. Neste caso, o valor depositado em juízo para discussão é de R\$5.665 (R\$3.995 em 31 de dezembro de 2015).

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuadas e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

#### Tributário

A Empresa possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, à seguinte discussão:

Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD, bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$48.873 (R\$43.323 em 31 de dezembro de 2015).

## 11. Outros ativos

	2016	2015
Adiantamentos a fornecedores	4.724	3.840
Adiantamentos a empregados	245	107
Depósitos caução	5.529	5.203
Valores a receber com TIM Celular e controladoras (nota 31)	15.404	15.247
Outros direitos	2.820	3.373
	28.722	27.770
Parcela circulante	(23.201)	(22.574)
Parcela não circulante	5.521	5.196

## 12. Imobilizado

A Empresa reconhece seus ativos por componente individualizado.

Em 1º de janeiro de 2009, momento da primeira adoção das IFRS/ CPCs, a Empresa utilizou o custo atribuído para mensurar o valor de seu ativo imobilizado, conforme previsto no ICPC 10, aprovado por Deliberação da CVM. Após esta data, o imobilizado tem sido demonstrado pelo custo histórico de aquisição e/ ou construção. Ambos (custo atribuído e custo histórico) são deduzidos da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável).

A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado são revisadas regularmente.

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Eventuais ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

#### (a) Movimentação do imobilizado

	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2016
<b>Custo do Imobilizado Bruto</b>					
Equipamentos de comutação / transmissão	715.676	-	(559)	38.034	753.151
Cabos de fibra ótica	489.495	-	-	1.591	491.086
Infraestrutura	173.720	-	(11)	9.921	183.630
Bens de informática	42.722	-	(3.368)	388	39.742
Bens de uso geral	35.587	-	(121)	878	36.344
Terrenos	9.648	-	-	-	9.648
Obras em andamento	13.380	57.453	-	(50.812)	20.021
<b>Total Imobilizado Bruto</b>	<b>1.480.228</b>	<b>57.453</b>	<b>(4.059)</b>	<b>-</b>	<b>1.533.622</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Equipamentos de comutação / transmissão	(334.374)	(68.741)	559	-	(402.556)
Cabos de fibra ótica	(191.292)	(33.426)	-	-	(224.718)
Infraestrutura	(46.428)	(15.788)	11	-	(62.205)
Bens de informática	(34.795)	(4.181)	3.368	-	(35.608)
Bens de uso geral	(18.228)	(2.874)	121	-	(20.981)
<b>Total Depreciação Acumulada</b>	<b>(625.117)</b>	<b>(125.010)</b>	<b>4.059</b>	<b>-</b>	<b>(746.068)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>					
Equipamentos de comutação / transmissão	381.302	(68.741)	-	38.034	350.595
Cabos de fibra ótica	298.203	(33.426)	-	1.591	266.368
Infraestrutura	127.292	(15.788)	-	9.921	121.425
Bens de informática	7.927	(4.181)	-	388	4.134
Bens de uso geral	17.359	(2.874)	-	878	15.363
Terrenos	9.648	-	-	-	9.648
Obras em andamento	13.380	57.453	-	(50.812)	20.021
<b>Total Imobilizado líquido</b>	<b>855.111</b>	<b>(67.557)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>787.554</b>

	Saldo em 2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2015
<b>Custo do Imobilizado Bruto</b>					
Equipamentos de comutação / transmissão	624.018	-	(819)	92.477	715.676
Cabos de fibra ótica	480.140	-	-	9.355	489.495
Infraestrutura	146.928	-	(5)	26.797	173.720
Bens de informática	40.539	-	(25)	2.208	42.722
Bens de uso geral	34.404	-	(394)	1.577	35.587
Terrenos	9.648	-	-	-	9.648
Obras em andamento	20.618	125.176	-	(132.414)	13.380
<b>Total Imobilizado Bruto</b>	<b>1.356.295</b>	<b>125.176</b>	<b>(1.243)</b>	<b>-</b>	<b>1.480.228</b>

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### **Depreciação acumulada**

Equipamentos de comutação / transmissão	(272.327)	(62.866)	819	-	(334.374)
Cabos de fibra ótica	(158.504)	(32.788)	-	-	(191.292)
Infraestrutura	(31.844)	(14.587)	3	-	(46.428)
Bens de informática	(28.817)	(6.003)	25	-	(34.795)
Bens de uso geral	(15.846)	(2.776)	394	-	(18.228)
<b>Total Depreciação Acumulada</b>	<b>(507.338)</b>	<b>(119.020)</b>	<b>1.241</b>	<b>-</b>	<b>(625.117)</b>

#### **Imobilizado líquido**

Equipamentos de comutação / transmissão	351.691	(62.866)	-	92.477	381.302
Cabos de fibra ótica	321.636	(32.788)	-	9.355	298.203
Infraestrutura	115.084	(14.587)	(2)	26.797	127.292
Bens de informática	11.722	(6.003)	-	2.208	7.927
Bens de uso geral	18.558	(2.776)	-	1.577	17.359
Terrenos	9.648	-	-	-	9.648
Obras em andamento	20.618	125.176	-	(132.414)	13.380
<b>Total Imobilizado líquido</b>	<b>848.957</b>	<b>6.156</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>855.111</b>

#### (b) Taxas de depreciação

	<b>Taxa anual %</b>
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	20
Bens de uso geral	4 a 10

Em 2016, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), aprovado por Deliberação da CVM, a Empresa realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

### **13. Intangível**

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) direitos de uso de passagem de cabos e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### (a) Movimentação do intangível

	Saldo em 2015	Adições	Transferências	Saldo em 2016
<b>Custo do Intangível Bruto</b>				
Direito de uso de <i>softwares</i>	730.139	-	20.839	750.978
Direito de uso passagem de cabos	186.954	-	-	186.954
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	-	663	-	663
Outros ativos	35	-	-	35
Ativos intangíveis em desenvolvimento	1.456	20.424	(20.839)	1.041
<b>Total Intangível Bruto</b>	<b>918.584</b>	<b>21.087</b>	<b>-</b>	<b>939.671</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
Direito de uso de <i>softwares</i>	(645.078)	(35.479)	-	(680.557)
Direito de uso passagem de cabos	(153.622)	(10.228)	-	(163.850)
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	-	(115)	-	(115)
Outros ativos	(15)	(3)	-	(18)
<b>Total Amortização Acumulada</b>	<b>(798.715)</b>	<b>(45.825)</b>	<b>-</b>	<b>(844.540)</b>
<b>Intangível Líquido</b>				
Direito de uso de <i>softwares</i> (c)	85.061	(35.479)	20.839	70.421
Direito de uso passagem de cabos	33.332	(10.228)	-	23.104
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	-	548	-	548
Outros ativos	20	(3)	-	17
Ativos intangíveis em desenvolvimento	1.456	20.424	(20.839)	1.041
<b>Total Intangível Líquido</b>	<b>119.869</b>	<b>(24.738)</b>	<b>-</b>	<b>95.131</b>

  

	Saldo em 2014	Adições	Transferências	Saldo em 2015
<b>Custo do Intangível Bruto</b>				
Direito de uso de <i>softwares</i>	689.816	-	40.323	730.139
Direito de uso passagem de cabos	186.954	-	-	186.954
Outros ativos	35	-	-	35
Ativos intangíveis em desenvolvimento	1.066	40.713	(40.323)	1.456
<b>Total Intangível Bruto</b>	<b>877.871</b>	<b>40.713</b>	<b>-</b>	<b>918.584</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
Direito de uso de <i>softwares</i>	(610.843)	(34.235)	-	(645.078)
Direito de uso passagem de cabos	(143.394)	(10.228)	-	(153.622)
Outros ativos	(12)	(3)	-	(15)
<b>Total Amortização Acumulada</b>	<b>(754.249)</b>	<b>(44.466)</b>	<b>-</b>	<b>(798.715)</b>
<b>Intangível Líquido</b>				
Direito de uso de <i>softwares</i> (c)	78.973	(34.235)	40.323	85.061
Direito de uso passagem de cabos	43.560	(10.228)	-	33.332
Outros ativos	23	(3)	-	20
Ativos intangíveis em desenvolvimento	1.066	40.713	(40.323)	1.456
<b>Total Intangível Líquido</b>	<b>123.622</b>	<b>(3.753)</b>	<b>-</b>	<b>119.869</b>

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 2016, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), aprovado por Deliberação da CVM, a Empresa realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos intangíveis e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

#### (b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Direito de uso passagem de cabos	5,5
Outros ativos	10

#### (c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software, estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

## 14. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	2016	2015
Moeda nacional		
Fornecedores de materiais e serviços (a)	151.253	165.135
Interconexão e <i>co-billing</i> (b)	180.438	153.920
	331.691	319.055
Moeda estrangeira		
Fornecedores de materiais e serviços (a)	1.375	4.807
	1.375	4.807
Parcela circulante	333.066	323.862

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Refere-se a (i) utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede da Empresa e finalizadas nas outras operadoras; (ii) chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância. Basicamente estes saldos são devidos à TIM Celular (R\$176 milhões), vide Nota 31.

## 15. Financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
BNDES (1)	URTJLP	TJLP + 3,32% a.a.	Dez/19	59.024	77.585
BNDES (PSI) (1)	R\$	2,50% a.a.	Dez/19	6.611	8.557
Total				65.635	86.142
<b>Circulante</b>				(21.916)	(21.599)
<b>Não Circulante</b>				43.719	64.543

### Garantias

(1) Aval da TIM Participações e recebíveis da TIM Celular

As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. O saldo correspondente em 31 de dezembro de 2016 ao ajuste referente a subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$1 milhão, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas diferidas" na rubrica de "Subvenções Governamentais" (nota 19) e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em "Receita de Subvenção" (nota 27).

Os financiamentos em 31 de dezembro de 2016 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2018	21.787
2019	21.932
	<b>43.719</b>

### Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis.

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época. Se estes valores justos fossem calculados em 31 de dezembro de 2016, as operações de PSI teriam um valor menor do que o saldo apresentado nas demonstrações financeiras em aproximadamente R\$58.

#### 16. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	2016	2015
ICMS	16.337	14.669
ISS	1.609	1.377
Outros	2.109	2.340
	20.055	18.386

#### 17. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. No exercício de 2015 e 2016, a Empresa efetuou o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social, sendo o aumento do passivo relacionado ao resultado superior auferido em 2016.

	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social	31.471	13.695
PIS / COFINS	2.947	3.855
Outros	3.605	4.292
	38.023	21.842

#### 18. Partes relacionadas – mútuo

A Empresa (mutuaria) possui operações de mútuo intercompany com a TIM Celular S.A. (mutuante), sendo que o saldo sacado em 31 de dezembro de 2016 correspondia a R\$301.730 (R\$301.730 em 2015).

Basicamente, os mútuos realizados visam a financiar a necessidade de caixa da Intelig na aquisição de itens dos ativos imobilizados e intangíveis. As operações não envolvem a cobrança de encargos financeiros e possuem vencimento no exercício de 2018.

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 19. Receitas diferidas

	2016	2015
<i>Swap</i> de rede (1)	28.932	37.674
Pagamentos antecipados – aluguel de meios	8.480	13.098
Subvenções governamentais (2)	1.369	1.772
	38.781	52.544
Parcela circulante	(13.068)	(14.340)
Parcela não circulante	25.713	38.204

(1) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 9).

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2016 é de R\$2.825. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 27).

### 20. Provisão para processos judiciais e administrativos

É constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Empresa (internos e externos) e da Administração, por montantes julgados como suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação por seus valores históricos e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A Empresa é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída está composta como segue:

	2016	2015
Cível (a)	5.966	7.637
Trabalhista (b)	2.022	1.600
Tributária (c)	26.228	26.694
Regulatória (d)	-	5
	34.216	35.936

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	<b>2015</b>	<b>Adições, líquidas de reversões</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Atualização monetária</b>	<b>2016</b>
Cível (a)	7.637	(3)	(2.119)	451	5.966
Trabalhista (b)	1.600	(54)	(9)	485	2.022
Tributária (c)	26.694	299	(843)	78	26.228
Regulatória	5	438	(440)	(3)	-
	35.936	680	(3.411)	1.011	34.216

### (a) Processos cíveis

A Empresa está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios. A seguir estão sumariados os principais processos:

#### (a.1) *Ações movidas por consumidores*

A Empresa é parte em ações que se referem a reclamações movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$892 (R\$1.573 em 31 de dezembro de 2015) tratam de matérias atinentes principalmente a questionamentos de cobrança e negativação indevidas.

#### (a.2) *Outros*

A Intelig é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) indenizações e (ii) execuções. Os valores envolvidos equivalem a R\$5.074 (R\$6.064 em 31 de dezembro de 2015).

### (b) Processos trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Empresa por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviço contratadas.

Do total de 21 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2016 (24 em 31 de dezembro de 2014) movidas contra a Empresa, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços. O provisionamento destas causas totaliza R\$2.022 (R\$1.600 em 31 de dezembro de 2015).

## INTELG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### (c) Processos tributários

	2016	2015
Tributos Federais	6.077	4.968
Tributos Estaduais	20.151	21.726
	<u>26.228</u>	<u>26.694</u>

A Empresa possui autuações que seus assessores jurídicos externos julgam ser de risco provável de perda. Tais autuações, em sua maioria, referem-se a questões pontuais, de natureza operacional, onde eventual documentação necessária ao suporte do processo não foi integralmente, até a data deste posicionamento, obtida ou cujos procedimentos formais não foram estritamente observados.

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos:

#### (c.1) *Tributos Federais*

A provisão para a Intelig, relativamente aos tributos federais, suporta três processos que tratam do indeferimento de compensações de tributos federais com saldo negativo de IRPJ e com a CSLL de períodos anteriores aos das compensações, totalizando o montante atualizado de R\$6.077 (R\$4.968 em 31 de dezembro de 2015).

#### (c.2) *Tributos Estaduais*

A provisão para a Intelig, relativamente aos tributos estaduais, suporta oito processos, destacando-se os valores envolvidos nas autuações que questionam suporte documental para a comprovação de crédito apropriado pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 14.414 (R\$ 17.369 em 31 de dezembro de 2015).

#### (d) Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Empresa possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	2016	2015
Cível (d.1)	39.223	35.064
Trabalhista (d.2)	101.481	93.827
Tributária (d.3)	458.648	365.915
Regulatória (d.4)	900	1.480
	<u>600.252</u>	<u>496.286</u>

A partir de dezembro de 2016, os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração passaram a ser divulgados pelos seus valores atualizados, bem como os saldos comparativos de 2015.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### d.1. Cíveis

	2016	2015
Ações movidas por consumidores (d.1.1)	15.203	11.795
Procon e Ministério Público (d.1.2)	356	322
Ex- Parceiros comerciais (d.1.3)	597	384
Sócio ambiental e infraestrutura (d.1.4)	5.326	4.692
Ações de cobrança (d.1.5)	13.841	12.869
Outros	3.900	5.002
	<u>39.223</u>	<u>35.064</u>

#### d.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços e negativação indevida.

#### d.1.2 Procon e Ministério Público

A INTELIG é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público e Procon decorrentes de reclamações de consumidores, em que, se discute,: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) supostas violações na cobrança de serviços de valor adicionado; (iii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iv) supostas violações às normas que envolvem bloqueio de telemarketing; (v) supostas violações contratuais.

#### d.1.3 Ex- Parceiros comerciais

A Intelig é ré em ações propostas por diversos ex- parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

#### d.1.4 Sócio ambiental e infraestrutura

A Empresa é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) licenciamento, dentre os quais Licenciamento ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

#### d.1.5 Ações de cobrança

A Empresa é parte em ações de cobrança que discutem valores a serem pagos à ex-prestadores de serviços em razão de contratos realizados entre as partes.

Dentre tais ações, destaca-se ação de cobrança proposta pela empresa Orolix Desenvolvimento de Software Ltda., perante a 36ª. Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, que pleiteia um valor de R\$8.420 (R\$7.703 em 31 de dezembro de 2015), com fundamento em suposto inadimplemento contratual. A Intelig apresentou sua defesa e atualmente os autos estão em fase pericial. Em fevereiro de 2012 a Orolix apresentou réplica. O processo está em fase de perícia, ainda não tendo sentença de 1ª instância proferida.

## INTELG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### (d.2) *Trabalhistas*

##### (d.2.1) Reclamações trabalhistas

Do total de 138 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2016 (172 em 31 de dezembro de 2015) movidas contra a Empresa, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços no montante de R\$51.319 (R\$62.174 em 31 de dezembro de 2015).

##### (d.2.2) Reclamações previdenciárias

Referem-se a notificações fiscais de lançamento de débitos sobre suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; retenção de 11% em contratos de prestação de serviços; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$50.163 (R\$31.653 em 31 de dezembro de 2015).

#### (d.3) *Tributárias*

	2016	2015
Tributos Federais (d.3.1)	88.564	70.602
Tributos Estaduais (d.3.2)	162.474	107.195
Tributos Municipais	1.571	1.836
FUST, FUNTTEL e EBC (d.3.3)	206.039	186.282
	<u>458.648</u>	<u>365.915</u>

##### *d.3.1. Tributos Federais*

O valor total autuado contra a Empresa relativamente a tributos federais é de R\$88.564 em 31 de dezembro de 2016.

A principal discussão é sobre a suposta falta de recolhimento da CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior bem como sobre as remessas relativas a roaming internacional, imposto de renda na fonte sobre royalties e pagamentos de assistência técnica de residentes ou domiciliados no exterior. O valor envolvido é de R\$52.963 (R\$44.098 em 31 de dezembro de 2015).

##### *d.3.2. Tributos Estaduais*

O valor total autuado contra a Intelig relativamente a tributos estaduais é de R\$162.474 em 31 de dezembro de 2016. Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos, bem como operações isentas e não tributadas. O valor envolvido é de R\$111.625 (R\$58.813 em 31 de dezembro de 2015).

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (ii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$19.534 (R\$18.105 em 31 de dezembro de 2015).

### *d.3.3. FUST e FUNTTEL*

O valor total autuado contra a Intelig relativamente às contribuições ao FUST e FUNTTEL é de R\$206.039 (R\$186.282 em 31 de dezembro de 2015). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações) e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

## **21. Patrimônio líquido**

### a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos quotistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado está representado por 4.041.956 mil quotas de R\$ 1,00 cada.

### b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta exclusivamente por opções de compra de ações.

## **22. Opções de compras de ações**

### **Plano 2011 – 2013 e Plano 2014-2016**

Em 5 de agosto de 2011 e 10 de abril de 2014, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013" e "Plano 2014- 2016" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Empresa.

O exercício das opções do plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

O prazo de vigência das opções é de 6 anos e a TIM Participações não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

Em 8 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª Outorga referente ao Plano 2014-2016.

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As variações na quantidade de opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço de exercício	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
<b>2016</b>									
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	75.476	set/22	R\$ 8,10	-	75.476	-	-	-	75.476
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	77.618	out/21	R\$ 8,45	77.618	-	-	(77.618)	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	30.700	set/20	R\$ 13,42	30.700	-	-	(30.700)	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	80.579	set/18	R\$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	95.410	ago/17	R\$ 8,84	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>359.783</b>			<b>108.318</b>	<b>75.476</b>	<b>-</b>	<b>(108.318)</b>	<b>-</b>	<b>75.476</b>
Preço médio ponderado do exercício				<b>R\$ 8,10</b>					

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço de exercício	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício (*)	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
<b>2015</b>									
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	77.618	Out/21	R\$ 8,45	-	77.618	-	-	-	77.618
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	30.700	Set/20	R\$ 13,42	30.700	-	-	-	-	30.700
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	80.579	Set/18	R\$ 8,96	12.508	-	-	(12.508)	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	95.410	Ago/17	R\$ 8,84	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>284.307</b>			<b>43.208</b>	<b>77.618</b>	<b>-</b>	<b>(12.508)</b>	<b>-</b>	<b>108.318</b>
Preço médio ponderado do exercício				<b>9,86</b>					

(\*) Não foram exercidas opções durante o exercício de 2015 para o "plano 2011-2013", pois não houve atendimento das condições mínimas de desempenho.

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço médio ponderado da ação na data da concessão	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$8,31	51,73% a.a	6 anos	11,94% a.a
Outorga 2012	R\$8,96	50,46% a.a	6 anos	8,89% a.a
Outorga 2013	R\$8,13	48,45% a.a	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2014	R\$13,42	44,60% a.a	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2015	R\$8,45	35,50% a.a	6 anos	16,10% a.a
Outorga 2016	R\$8,10	36,70% a.a	6 anos	11,73% a.a

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).

Utilizando-se o princípio de competência contábil, as despesas atreladas ao plano de benefícios de longo prazo vêm sendo apropriadas mensalmente e, ao longo do ano de 2016, totalizaram R\$219 (R\$127 em 2015).

### 23. Receita operacional líquida

#### Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, receitas de interconexão e aluguel e compartilhamento de infraestrutura. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente.

As receitas de tráfego de interconexão são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

	2016	2015
Receita de serviços - Fixa	1.009.890	961.844
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes	(178.209)	(164.374)
Descontos concedidos	(66.354)	(56.886)
	<u>(244.563)</u>	<u>(221.260)</u>

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Total da receita líquida 765.327 740.584

### 24. Custo dos serviços prestados

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços de terceiros	(45.988)	(59.758)
Interconexão e meios de conexão	(253.058)	(267.685)
Depreciação e amortização	(144.054)	(136.041)
Impostos, taxas e contribuições	(5.260)	(1.122)
Aluguéis e seguros	(116.239)	(144.692)
Outros	(719)	(515)
Custo dos serviços prestados	<u>(565.318)</u>	<u>(609.813)</u>

### 25. Despesas de comercialização

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(32.285)	(32.586)
Serviços de terceiros	(9.743)	(8.071)
Publicidade e propaganda	-	(2.783)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(8.205)	(364)
Depreciação e amortização	(1.204)	(1.590)
Outras	165	(186)
	<u>(51.272)</u>	<u>(45.580)</u>

### 26. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(9.424)	(10.295)
Serviços de terceiros	(18.029)	(19.724)
Depreciação e amortização	(15.349)	(15.628)
Aluguéis e seguros	(1.362)	(868)
Impostos, taxas e contribuições	(421)	(439)
Outras	(700)	(472)
	<u>(45.285)</u>	<u>(47.426)</u>

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 27. Outras receitas (despesas), líquidas

	2016	2015
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	403	403
Multas sobre serviços de telecomunicações	846	897
Outras receitas	36	944
	<u>1.285</u>	<u>2.244</u>
Despesas		
FUST/FUNTEL (*)	(7.754)	(4.395)
Impostos, taxas e contribuições	(340)	(443)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(739)	(6.662)
Outras despesas	(742)	(778)
	<u>(9.575)</u>	<u>(12.278)</u>
Amortização de direito de uso de passagem de cabos	(10.228)	(10.228)
	<u>(19.803)</u>	<u>(22.506)</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(18.518)</u>	<u>(20.262)</u>

(\*) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

### 28. Receitas financeiras

	2016	2015
Juros sobre aplicações financeiras	13.511	22.770
Juros de clientes	847	2.760
Atualização monetária	6.019	5.648
Outras receitas	167	131
	<u>20.544</u>	<u>31.309</u>

### 29. Despesas financeiras

	2016	2015
Juros sobre financiamentos	(6.900)	(8.605)
Juros sobre impostos e taxas	(54)	(172)
Atualização monetária	(1.982)	(5.056)
Fianças	(2.466)	(1.579)
Outras despesas	(1.669)	(1.617)
	<u>(13.071)</u>	<u>(17.029)</u>

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 30. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	(23.033)	(9.986)
Contribuição social do exercício	(8.438)	(3.710)
	(31.471)	(13.696)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	9.096	6.239
Contribuição social diferida	3.275	2.246
	12.371	8.485
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	314	(3.464)
	(18.786)	(8.675)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	92.311	31.670
Alíquota fiscal combinada (%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(31.386)	(10.768)
(Adições) / exclusões:		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	12.054	4.449
Provisões para processos judiciais e administrativos	207	(2.286)
Outros	339	(70)
	12.600	2.093
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	(18.786)	(8.675)
Alíquota efetiva (%)	20,35%	27,39%

### 31. Transações com Grupo Telecom Itália

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	2016	2015
TIM Celular (1)	554.835	454.363
TIM Celular (2)	11.489	11.332
TIM Participações (3)	3.789	3.789
Lan Group (4)	2.471	3.881
TIM Brasil (3)	126	126
Total	572.710	473.491

## INTELG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Passivo	
	2016	2015
TIM Celular (5)	301.730	301.730
TIM Celular (6)	226.647	194.922
TIM Participações (3)	3.212	2.591
Telecom Italia Spa (7)	-	10.335
Lan Group (4)	4.126	1.845
Italtel (8)	240	2.877
TIM Brasil	16	-
Total	<u>535.971</u>	<u>514.300</u>

	Receita	
	2016	2015
TIM Celular (1)	244.205	245.425
Lan Group (4)	1.628	1.590
Total	<u>245.833</u>	<u>247.015</u>

	Custo/Despesa	
	2016	2015
TIM Celular (6)	50.081	51.684
Lan Group (4)	11.162	8.003
Telecom Italia S.p.A. (7)	-	386
Total	<u>61.243</u>	<u>60.073</u>

(1) Refere-se a interconexão/cessão de meios (R\$522 milhões em 2016 e R\$402 milhões em 2015) e serviços de valor adicionado – VAS (R\$33 milhões em 2016 e R\$52 milhões em 2015).

(2) Referem-se a valores a receber da TIM Celular relativos à reestruturação das atividades da Intelig (descontinuidade das atividades de longa distância). Há valores adiantados a fornecedores e funcionários cujas operações / atividades foram transferidos à TIM Celular. Tais valores serão reembolsados para a Intelig.

(3) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(4) Valores relativos ao aluguel de meios (cabo submarino) e a fibra óptica apagada.

(5) Refere-se a mútuos contratados junto à TIM Celular (vide nota 18).

(6) Refere-se basicamente a operações de interconexão e co-billing, que totalizam R\$176 milhões (R\$149 milhões em 2015).

(7) Os valores referem-se a assistência técnica.

(8) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de softwares utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os saldos dos contratos de interconexão, aluguel de meios e VAS estão registrados nas contas patrimoniais de contas a receber e fornecedores e nas contas de resultado de receitas de serviços e custos de serviços prestados. O saldo do mútuo contratado junto à TIM Celular encontra-se registrado em conta específica, no passivo não circulante. Os saldos a receber e a pagar em relação à TIM Participações S.A. encontram-se nas contas de outros ativos e outros passivos.

### 32. Transações com Grupo Telefónica

Em 28 de abril de 2007, Assicurazioni Generali SpA, Intesa San Paolo S.p.A, Mediobanca S.p.A, Sintonia S.p.A e a Telefónica S.A. assinaram um acordo para, a partir da *holding* Telco S.p.A ("Telco"), passar a deter 23,6% do capital votante da Telecom Italia S.p.A., controladora indireta da TIM Participações, operação aprovada pela ANATEL em 5 de novembro de 2007, juntamente com a imposição de restrições de direitos à Telefónica S.A. para garantir a segregação dos negócios e operações de ambos os grupos Telefónica e TIM, no Brasil.

Posteriormente, em abril de 2010, como condição para aprovação da operação pelo CADE, as controladoras da Telco firmaram um Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD") fixando as regras de participação da Telefónica nas deliberações da Telecom Italia, e sua restrição de governança quanto às atividades da controlada no mercado brasileiro, tendo a controladora da TIM Participações, a TIM Brasil também assinado o referido TCD na qualidade de Parte Interveniente.

Em 4 de dezembro de 2013, em processo de fiscalização do cumprimento do TCD, o CADE aplicou sanção de multa à TIM Brasil porque a empresa teria deixado de apresentar contrato firmado com empresa do Grupo Telefónica antes da celebração do TCD. Em 16 de dezembro de 2013, a TIM Brasil apresentou embargos de declaração, que automaticamente suspenderam a obrigação de pagamento da multa até que o CADE julgasse o recurso.

Em 22 de dezembro de 2014, o Conselho Diretor da ANATEL anuiu com o pedido de cisão da Telco S.p.A. apresentado por Assicurazioni Generali S.p.A., Mediobanca S.p.A., Intesa Sanpaolo S.p.A. e Telefónica S.A., condicionando a operação de cisão à suspensão de todos os direitos políticos da Telefónica na Telecom Italia e empresas controladas, revogando os compromissos de acompanhamento anteriormente estabelecidos. Ademais, de acordo com a decisão da ANATEL, qualquer participação acionária da Telefónica na Telecom Italia deve ser eliminada no prazo de 18 (dezoito) meses.

No CADE, o Ato de Concentração referente à cisão foi aprovado no dia 25 de março de 2015, condicionado à celebração e ao cumprimento, pela Telefónica, de Acordo em Controle de Concentrações ("ACC"), que tem como propósito viabilizar o total desinvestimento da Telefónica na Telecom Italia, fixando as obrigações consideradas necessárias pelo CADE para mitigar preocupações concorrenciais advindas da participação direta da Telefónica na Telecom Italia.

Paralelamente à análise da operação de cisão da Telco, a ANATEL e o CADE aprovaram a aquisição da GVT pela Telefónica Brasil S.A., em dezembro de 2014 e março de 2015, respectivamente. Como parte do pagamento pela aquisição da GVT, e de sucessivas operações entre Vivendi, Telefónica e aquisições no mercado livre, a Vivendi, atualmente, detém 21,39% das ações com direito a voto da Telecom Italia e 0,95% do capital total da Telefónica. Nesse contexto, nos autos do processo relativo à operação da Telco, o CADE confirmou a extinção das obrigações fixadas no TCD também em relação à TIM Brasil.

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Posteriormente, a Telefónica informou, por meio de fato relevante divulgado em 24 de junho de 2015, "o total desinvestimento de sua participação na Telecom Italia S.p.A., em conformidade com os compromissos regulatórios e concorrenciais assumidos".

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016, entre a Intelig e as operadoras do grupo Telefónica no Brasil, estavam em vigor, exclusivamente, contratos relacionados à prestação de serviços de telecomunicações, abrangendo: interconexão, compartilhamento de sites e de infraestrutura, provimento de linhas dedicadas sob a modalidade de exploração industrial, todos realizados de acordo com condições de mercado e, quando aplicável, de acordo com a regulamentação brasileira dos serviços de telecomunicações conforme apresentado abaixo:

	2016	2015
Ativo	5.911	1.704
Passivo	(64.647)	(3.130)
Receita	66.262	66.756
Custo/Despesa	(59.487)	(50.064)

### 33. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os principais fatores de risco que a Empresa está exposta são os seguintes:

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço. Por ser uma empresa não financeira, a Empresa adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

(ii) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial.

A Empresa entende que esse risco é baixo. Não foram contratados instrumentos financeiros de proteção.

(iii) Risco de liquidez

A Empresa monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa e equivalentes de caixa. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa e disponibilidades de captação por meio de operações de mútuo com parte relacionada suficientes para manter a capacidade de liquidar suas obrigações.

(iv) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Empresa computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Empresa realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade

## INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas ou receitas de serviços prestados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

### 34. Seguros

A Empresa mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2016, a Empresa possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Empresa entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$5.559.945
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$80.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais

### 35. Compromissos

#### Aluguéis

A Empresa aluga equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2017	122.234
2018	127.734
2019	133.482
2020	139.489
2021	145.766
	<u>668.705</u>

### 36. Divulgações suplementares sobre informações dos fluxos de caixa consolidado

	2016	2015
Juros pagos	6.959	8.646
Imposto de renda e contribuição social pagos	23.853	4.236

\* \* \*